



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 699/2025 – NPCONT /ADVOSF

Processo Senado nº 00200.013271/2025-35

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO. FORNECIMENTO E CONFEÇÃO DO JOGO DE TABULEIRO “ELEITOS: O JOGO DA DEMOCRACIA”. PELA REGULARIDADE JURÍDICA. COM RECOMENDAÇÃO.

1. Edital de pregão eletrônico destinado à contratação para fornecimento e confecção do jogo de tabuleiro “Eleitos: O Jogo da Democracia”.
2. Pela regularidade jurídica do processo licitatório. Questionamento quanto à testagem do produto pelo INMETRO.
3. Recomendação. Incluir no termo de referência e no edital informação de que deverá constar expressamente no tabuleiro a ser confeccionado ou em sua embalagem que o objeto possui classificação indicativa para maiores de 14 anos de idade.

I. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Advocacia para análise da regularidade jurídica de minuta de edital constante do documento nº 00100.169669/2025-53, acerca da realização de licitação, na modalidade pregão,





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

sob a forma eletrônica, do tipo menor preço por item, destinado à contratação para fornecimento e confecção do jogo de tabuleiro "Eleitos: O Jogo da Democracia", a fim de atender ao Programa Jovem Senador, promovido pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM), em parceria com a Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF), do Senado Federal.

Além do edital supracitado, instruem os autos, entre outras peças:

- i. Documento de Oficialização de Demanda (00100.132752/2025-77);
- ii. Estudo Técnico Preliminar (00100.132753/2025-11);
- iii. Solicitação de Contratação (00100.132754/2025-66);
- iv. Planejamento Orçamentário e notícia da aprovação da contratação pelo Comitê de Contratações (00100.132755/2025-19 e 00100.132756/2025-55);
- v. Pesquisas de Preços e Planilha Estimativa de Despesas (00100.148896/2025-45-1 e 00100.148896/2025-45-2);
- vi. Análise originária da COPEL (00100.160152/2025-07);
- vii. Mapa de Riscos (00100.161883/2025-61)
- viii. Termo de Referência Definitivo (00100.167859/2025-36);

Em sua análise preliminar, a Coordenação de Processamento Externo de Licitações (COPEL) teceu algumas recomendações (documento nº 00100.160152/2025-07). Dentre elas, sugeriu a possibilidade de o órgão técnico realizar consulta a fornecedores especializados para acrescentar à pesquisa de preços.

Em resposta, a Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF) informou ter realizado consulta direta a fornecedores especializados em jogos de tabuleiro, porém somente a empresa Ludens encaminhou resposta (00100.167890/2025-77-1).

Por meio do documento nº 00100.167890/2025-77, o OT encaminhou questionamento à ADVOSF, com o seguinte teor:





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Para a produção do referido produto, faz-se necessária a inclusão e teste do INMETRO, posto que se trata de jogo de tabuleiro, considerando que o público-alvo é de 14 à 19 anos?

O feito, assim instruído, vem ao exame desta Advocacia, para que este órgão jurídico-consultivo realize o exame da regularidade jurídica da licitação proposta, em atendimento ao que determina o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, bem assim o art. 22 do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, deve justificar nos autos as razões que embasaram tal postura, nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784/1999.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração.

Feita a ressalva, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Quanto ao **diploma legal** que rege a presente análise, consta da minuta referência à Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata. No âmbito do Senado Federal, foi editado o Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, dispondo acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos no âmbito do Senado Federal, adequando-se a regulamentação interna ao disposto na nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021).

Com esse introito, passa-se ao exame do preenchimento dos requisitos necessários à regularidade da minuta de edital da licitação pretendida, na forma do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021.

Do Objeto:

A princípio, destaca-se que o pregão é uma modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (artigo 6º, XLI, Lei nº 14.133/2021)¹.

Ao caso em questão, a presente análise irá se debruçar sobre a aquisição de bens, pelo critério de menor preço. Nessa toada, a Lei nº 14.133/2021 estabelece:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão **sempre** que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser

**Lei nº
14.133/2021**

¹ Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

[grifou-se]

De tal modo, o significado da expressão "*bens e serviços comuns*" compõe-se de dois elementos: (a) padrão de desempenho e de qualidade do bem ou serviço objetivamente definido pelo edital; e (b) definição por meio de especificações usuais no mercado.

A licitação em testilha objetiva a contratação de fornecimento e confecção do jogo de tabuleiro "Eleitos: O Jogo da Democracia", a fim de atender ao Programa Jovem Senador, promovido pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM), em parceria com a Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF), do Senado Federal.

A Lei nº 14.133/2021 abordou expressamente o conceito de bens e serviços comuns no inciso XIII, do artigo 6º, da seguinte forma:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Quanto à caracterização dos bens como comuns e usuais no caso em apreço, a SEGRAF informou no item 2.2.1. do Termo de Referência (doc. nº 00100.167859/2025-36) ao discorrer sobre a modalidade de licitação:





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

"A SEGRAF sugere que seja adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021."

Nessa ordem de ideias, é relevante reconhecer que a avaliação de quão usuais no mercado são as especificações de determinado bem ou serviço dependem de uma avaliação subjetiva dos agentes administrativos, o que dependerá de suas experiências, vivências e atividades.

Como norte interpretativo para o enquadramento de determinados bens como comuns, sugere a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr avaliar o quão usual o bem ou serviço é no mercado².

Nesse sentido, afirma o autor que:

O mercado diz respeito a tudo que é posto à disposição dos consumidores. Porém, não existe um único mercado. Os mercados variam de acordo com o lugar, com a natureza das atividades ou dos bens nele comercializados e em razão de outros fatores. E a questão é que determinado bem ou serviço pode ser usual em dado mercado e não ser noutro. Agrega-se que quem avalia se bem ou serviço é usual ou não no mercado ou em mercado específico são os agentes administrativos, que o farão de conformidade com as suas experiências, suas vivências e suas atividades.

[...]

Nesse espaço de imprecisão deve prevalecer a decisão do agente administrativo, que, não se pode supor o contrário, quer o melhor para o interesse público. Até mesmo em decorrência da presunção de legitimidade

² NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo* – 5. ed. – Belo Horizonte: Fórum, páginas 567-568.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

dos atos administrativos, é imperativo que, nessas situações que admitem grau de subjetividade, a escolha dos agentes administrativos presuma-se correta. (destaques acrescidos)

De fato, o objeto da pretendida licitação foi minuciosamente definido, de forma detalhada e objetiva, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente auferíveis, conforme as especificações técnicas constantes do Anexo II ao TR (doc. nº 00100.167859/2025-36).

Acrescenta-se, ainda, que, feito o levantamento de mercado por ocasião do Estudo Técnico Preliminar (doc. nº 00100.132753/2025-11), embora de forma sucinta, concluiu-se que existem diversas empresas que fabricam jogos no mercado brasileiro, sendo que a opção de fabricar de forma terceirizada é **possível e viável**.

Logo, em que pese a justificativa supramencionada constante do Termo de Referência, quanto à adoção da modalidade pregão para a licitação, revelar-se um tanto vaga — sendo, inclusive, prática reiterada desta Advocacia recomendar o aprofundamento dessa análise, o que ora se reitera —, é certo que o Anexo 2 da minuta de edital (doc. nº 00100.169669/2025-53) apresenta descrição completa das especificações técnicas dos itens a serem contratados, evidenciando tratar-se de **bens comuns**, cujos padrões técnicos de qualidade se encontram claramente disciplinados neste quadrante.

Vê-se, portanto, que a escolha do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação foi **adequada**, pois o objeto a ser contratado foi qualificado como comum pela unidade técnica (art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 27 do ADG nº 14/2022)

No caso, verifica-se que não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) no presente caso, conforme item 2.2.2 do TR, visto que

"a demanda é previsível e que a produção gráfica não pode ser realizada em pequenas quantidades. Logo, a ARP para diversas e sucessivos





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

acionamentos seria inviável do ponto de vista técnico e, economicamente, desvantajosa."

Conforme cediço, o procedimento do sistema de registro de preços é de adoção facultativa para as contratações públicas, conforme preconiza o artigo 82, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

(...)

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

**Lei nº
14.133/2021**

No mais, o pregão segue o rito do procedimento comum previsto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021. Por ora, destaca-se o § 2º do art. 17, que estabelece a adoção preferencial da licitação sob a forma eletrônica.

8
de
18

Documentos necessários ao processo da contratação:

De acordo com o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 16, § 1º, do ADG nº 14/2022, a Administração Pública deverá produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

- a) documento para formalização da demanda;
- b) estudo técnico preliminar;
- c) mapa(s) de risco;
- d) termo de referência.

Dito isso, percebe-se que os documentos foram juntados aos autos, conforme nos 00100.132752/2025-77, 00100.132753/2025-11, 00100.161883/2025-61 e 00100.167859/2025-36.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Embora sejam documentos de natureza essencialmente técnica, cabíveis algumas observações a título de orientação jurídica. Isso porque, conforme leciona a doutrina, a Lei nº 14.133/2021, conforme o seu artigo 53, não exige apenas a apreciação do edital e dos documentos que lhe são anexos. Passa-se a exigir, expressamente, a avaliação de todo o processo licitatório, logo a revisão jurídica de todos os atos praticados na etapa preparatória .

O Estudo Técnico Preliminar (NUP 00100.132753/2025-11) contém os requisitos descritos no parágrafo primeiro do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021.

Foram analisadas as possibilidades do mercado, de acordo com o item 5 do ETP, de modo que as características do objeto possuem justificativa técnica para o modelo de licitação proposto, frente a outras possíveis soluções mercadológicas.

Com relação ao conteúdo do Termo de Referência, verifica-se a justificativa da necessidade da contratação constante do item 1.2.2. do TR, em atendimento ao estabelecido no artigo 18, I, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

O Termo de Referência é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento,

**Lei nº
14.133/2021**





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado e a adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021).

Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se que o termo de referência contemplou **todas** as exigências contidas nos normativos acima citados.

Nota-se ainda que, embora indicados os gestores do futuro ajuste no item 56 do TR, carece a **designação** formal dos gestores pela Diretoria-Geral do Senado Federal, nos moldes do artigo 9º, IX, do Anexo V do RASF.

Trata-se de questão técnica e meritória a ser submetida ao exame e deliberação da autoridade competente para aprovação do TR e para a autorização de realização da licitação.

Concernente ao regime de execução, a presente contratação adotará as prescrições contidas no item 8. do TR. Logo, verifica-se que o TR descreve de maneira exaustiva o modo de cumprimento das contratações objetivadas.

Ainda, o TR atende à determinação contida na alínea "i" do inciso XXIII do artigo 8º da Lei nº 14.133/2021, que exige que o termo de referência também aponte as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que constam de documento separado e classificado (Anexo III ao TR).

Quanto aos aspectos formais exigidos para a regularidade do procedimento, observa-se não ter havido, ainda, a aprovação do Estudo Técnico Preliminar (00100.132753/2025-11) e do Termo de Referência (00100.167859/2025-36), incumbindo tal **deliberação** à DGER, em atendimento





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

ao disposto no artigo 24 do ADG nº 14/2022 e no artigo 9º, IV, do Anexo V do RASF:

Art. 24. Os autos deverão ser encaminhados à Diretoria-Geral para aprovação do Termo de Referência ou Projeto Básico previamente à seleção do fornecedor.

Art. 9º No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao titular da Diretoria-Geral:

(...)

IV – aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Projetos Básicos, os Termos de Referência, as minutas de edital, os contratos, as atas de registro de preços, os termos aditivos e as demais avenças das contratações do Senado Federal;

Bem como pendente a **autorização** do procedimento licitatório, que, em razão do valor estimado da contratação, compete à Diretoria-Geral, conforme exige o supracitado artigo 9º, inciso V, Anexo V do RASF.

Noutro eito, verifica-se que a instrução conta com Mapa de Riscos (NUP 00100.161883/2025-61), que abordou o impacto do dano a ser gerado ao Senado caso a contratação não se ultime, especialmente para o programa Jovem Senador.

Da pesquisa de preços e da estimativa de despesa:

Em relação à pesquisa de preços, consolidada na Planilha Estimativa de Despesas (documentos nº 00100.148896/2025-45-1 e 00100.148896/2025-45-2), observa-se que a estimativa orçada para a contratação foi obtida a partir do preço unitário para objetos similares encontrados em contratações públicas.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

O artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 prescreve as regras sobre como alcançar o orçamento estimado, ou seja, como realizar pesquisa de preços cujo resultado é o orçamento estimado pela Administração Pública. Contudo, o dispositivo aludido não estabeleceu qualquer ordem ou prioridade entre eles.

Entretanto, o acórdão 1875/2021-TCU-Plenário orienta que as pesquisas de preços devem priorizar a "*cesta de preços*" com base em preços da Administração Pública obtidos através do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que é o sistema oficial para divulgação dessas informações, conforme dispõe o artigo 23, §1º, I, da Lei 14.133/2021.

**Lei nº
14.133/2021**

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

Nesse mesmo sentido, é o artigo 2º, § 2º, I, do Anexo VI ao ADG nº 14/2022:

Art. 2º A composição da cesta aceitável de preços depende da obtenção de, no mínimo, 3 (três) amostras de preços por item.

§ 1º Sem prejuízo da utilização de outros sistemas de auxílio à pesquisa de preços ou de catalogação de bases de dados de natureza pública ou privada, constituem fontes de consulta:

I - públicas:





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

- a) Painel para Consulta de Preços disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - b) Painel de Preços do Portal de Compras Governamentais;
-

Análise do instrumento convocatório:

Em relação ao instrumento convocatório (doc. nº 00100.169669/2025-53), verifica-se que a minuta guarda pertinência com a legislação de regência e segue o padrão adotado pelo Senado Federal, com as cláusulas necessárias exigidas pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Nessa senda, o artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, aplicável ao pregão, determina o que deve constar obrigatoriamente nos editais de licitação, tais como: o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Primeiramente, tocante ao critério de adjudicação proposto, adotou-se o menor preço por item.

O critério do menor preço é o que se amolda à modalidade de licitação denominada pregão, e o que **melhor** se adequa ao modelo da contratação pretendida, assim como é o que gera possibilidade de maior vantajosidade para a Administração.

Cabe pontuar que, em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não

TCU





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

Dito isso, verifica-se que o critério de adjudicação do menor preço por item observa as pertinentes disposições da Lei nº 14.133/2021 acerca do parcelamento ou não do objeto:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

.....

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

.....

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

V - atendimento aos princípios:

[...]

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

**Lei nº
14.133/2021**





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Portanto, a regra geral para compras é o parcelamento e que a adjudicação do objeto seja por item.

Por outro lado, as exigências habilitatórias previstas na minuta de edital ora em apreço, considerados o vulto e a natureza do objeto pretendido, mostram-se razoáveis e adequadas à promoção da ampla competitividade no certame.

A apresentação de atestados de capacidade técnica exigida no item 11.3.1.1. encontra justificativa robusta no ponto 3.2. do termo de referência.

Por fim, **quanto ao questionamento endereçado a esta Advocacia**, opina-se pela desnecessidade de inclusão de teste do INMETRO para a produção do produto almejado, desde que o produto contenha classificação indicativa na sua embalagem.

Pois, segundo as normas do INMETRO, se o produto for de cunho lúdico e projetado para crianças, ou seja, pessoas menores de 14 anos de idade, caracterizar-se-á como brinquedo, fazendo-se necessário, neste caso, obter certificação de testes junto à entidade.

Conforme estabelece o artigo 4º da Portaria nº 302/2021 do INMETRO, classificam-se como brinquedos e, conseqüentemente, deverão passar por Avaliação da Conformidade pela autarquia especializada os seguintes itens:

Art. 4º Os brinquedos, objetos deste Regulamento, deverão ser fabricados, importados, distribuídos e comercializados, de forma a não oferecerem riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento:

I - Aos brinquedos novos, projetados ou destinados ao uso por crianças de **até 14 (quatorze) anos**;

II - Aos produtos listados no Anexo IV do Regulamento ora aprovado;

Por outro lado, o parágrafo segundo do dispositivo supracitado exclui do conceito de brinquedo os seguintes itens:

I - Os produtos listados no Anexo V do Regulamento ora aprovado;

II - Os produtos lúdicos destinados a colecionadores com mais de quatorze (14) anos de idade, desde que possuam a seguinte advertência clara e indelével na embalagem: *"Este produto não é um brinquedo. Produto destinado a colecionadores com mais de 14 (quatorze) anos"*;

Especificamente, os itens 81. E 90. do Anexo IV à norma retromencionada enquadra os jogos de tabuleiro destinado às crianças como brinquedos.

Nessa medida, o próprio questionamento encaminhado pela SEGRAF informa que o objeto que se pretende licitar possui como público-alvo adolescentes com idade de 14 a 19 anos de idade.

Contudo, para afastar a necessidade de certificação perante o INMETRO e eventual problemática para a própria fabricante e, eventualmente, até mesmo o Senado Federal, recomenda-se **incluir** no TR, possivelmente no seu caderno de especificações técnicas e no edital, informação de que deverá constar expressamente no tabuleiro a ser confeccionado ou em sua embalagem, que o objeto possui **classificação indicativa para pessoas maiores de 14 anos de idade**.

Caso contrário, será necessário atender à determinação do INMETRO e exigir dos licitantes a apresentação de certificação perante a autarquia federal.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Quanto ao instrumento contratual, a minuta de contrato segue o padrão adotado pelo Senado Federal, com as cláusulas necessárias exigidas pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

III. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, em resposta ao questionamento endereçado a esta Advocacia, recomenda-se **incluir** no termo de referência e no edital informação de que deverá constar expressamente no tabuleiro a ser confeccionado ou em sua embalagem que o objeto possui como classificação indicativa pessoas maiores de 14 anos de idade.

Atendida a recomendação e alcançadas as aprovações superiores, as minutas de edital e de contrato estarão aptas a regular o procedimento licitatório pretendido, sem a necessidade de retorno a esta Advocacia.

17
de
18

Brasília, em 25 de setembro de 2025.

Felipe do Amaral Monteiro Martins | OAB DF 78.853
Advogado do Senado Federal
Documento assinado eletronicamente





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Aprovo. Junte-se ao processo em epígrafe e encaminhe-se à SADCON para conhecimento e providências pertinentes.

Brasília, em 25 de setembro de 2025.

18
de
18

Rafael Rodrigues Da Cunha Paiva | OAB DF 35.154
Advogado do Senado Federal
Coordenador do NPCONT, em exercício
Documento assinado eletronicamente

